

Demonstrações Financeiras

Zona da Mata Geração S.A.

31 de Dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente

Zona da Mata Geração S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 1 |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 6 |
| Demonstração do resultado abrangente | 7 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 9 |
| Contexto operacional..... | 10 |
| Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras | 12 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17 |
| Contas a receber de clientes | 17 |
| Contas a receber - Indenização..... | 18 |
| Estoques | 19 |
| Imobilizado | 19 |
| Intangível..... | 22 |
| Ativo financeiro da concessão | 24 |
| Ativo de direito de uso e arrendamento | 25 |
| Contas a pagar e fornecedores | 27 |
| Provisão para demandas judiciais | 27 |
| Patrimônio líquido..... | 28 |
| Receita operacional líquida | 30 |
| Custos e despesas por natureza | 31 |
| Resultado financeiro..... | 32 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente..... | 69 |
| Transações com partes relacionadas | 33 |
| Cobertura de seguros..... | 34 |
| Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco..... | 34 |
| Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa..... | 39 |



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Zona da Mata Geração S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zona da Mata Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Zona da Mata Geração S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|-------|----------------|---------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 7.382 | 4.542 |
| Contas a receber de clientes | 4 | 3.107 | 3.042 |
| Contas a receber – Partes relacionadas | 18 | 628 | - |
| Despesas antecipadas | | 304 | 195 |
| Estoques | 6 | 1.148 | 1.332 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 179 | 56 |
| Outras contas a receber | | 1 | 2 |
| Total do ativo circulante | | 12.749 | 9.169 |
| Não circulante | | | |
| Contas a receber - Indenização | 5 | 79.283 | 79.283 |
| Depósitos judiciais | | 1 | 11 |
| Imobilizado | 7 | 4.994 | 5.371 |
| Intangível | 8 | 9.900 | 11.086 |
| Ativo financeiro da concessão | 9 | 18.799 | 17.890 |
| Ativo de direito de uso | 10 | 407 | 678 |
| Total do ativo não circulante | | 113.384 | 114.319 |
| Total do ativo | | 126.133 | 123.488 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Contas a pagar e Fornecedores | 11 | 1.106 | 1.096 |
| Contas a pagar – Partes relacionadas | 18 | 568 | 214 |
| Passivo de arrendamento | 10 | 275 | 315 |
| Obrigações tributárias | | 947 | 933 |
| Dividendos a pagar | 18 | 5.615 | 6.084 |
| Outras contas a pagar | | 6 | 86 |
| Total do passivo circulante | | 8.517 | 8.728 |
| Não circulante | | | |
| Passivo de arrendamento | 10 | 186 | 439 |
| Total do passivo não circulante | | 186 | 439 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 13 | 74.921 | 74.921 |
| Reservas de lucros | | 42.509 | 39.400 |
| Total do patrimônio líquido | | 117.430 | 114.321 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 126.133 | 123.488 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Receita operacional líquida | 14 | 41.914 | 39.749 |
| Custo de geração de energia | 15 | (15.684) | (12.612) |
| Lucro bruto | | 26.230 | 27.137 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 15 | (1.809) | (385) |
| Outras receitas e despesas operacionais | | 15 | (80) |
| | | (1.794) | (465) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 24.436 | 26.672 |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 16 | 994 | 507 |
| Despesas financeiras | 16 | (110) | (55) |
| | | 884 | 452 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 25.320 | 27.124 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Corrente | 17 | (1.681) | (1.508) |
| | | (1.681) | (1.508) |
| Lucro líquido do exercício | | 23.639 | 25.616 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 23.639 | 25.616 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>23.639</u> | <u>25.616</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Notas | Reservas de lucros | | | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|-------|--------------------|---------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| | | Capital social | Reserva legal | Retenção de lucros | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 74.921 | 4.134 | 35.248 | - | 114.303 |
| Dividendo para os controladores | 13 | - | - | (19.514) | - | (19.514) |
| Lucro líquido do exercício | 13 | - | - | - | 25.616 | 25.616 |
| Constituição de reserva legal | 13 | - | 1.281 | - | (1.281) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 13 | - | - | - | (6.084) | (6.084) |
| Reserva de retenção de lucros | 13 | - | - | 18.251 | (18.251) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 74.921 | 5.415 | 33.985 | - | 114.321 |
| Dividendo para os controladores | 13 | - | - | (14.916) | - | (14.916) |
| Lucro líquido do exercício | 13 | - | - | - | 23.639 | 23.639 |
| Constituição de reserva legal | 13 | - | 1.181 | - | (1.181) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 13 | - | - | - | (5.614) | (5.614) |
| Reserva de retenção de lucros | 13 | - | - | 16.844 | (16.844) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | | 74.921 | 6.596 | 35.913 | - | 117.430 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | <u>Notas</u> | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|--------------|-----------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 25.320 | 27.124 |
| Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa | | | |
| Depreciação do ativo imobilizado | 7 | 301 | 317 |
| Amortização do ativo intangível | 8 | 1.132 | 1.146 |
| Amortização do ativo de direito de uso | 10 | 271 | 241 |
| Baixa de ativo imobilizado | 7 | 912 | - |
| Baixa de ativo intangível | 8 | 628 | - |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 10 | 59 | 42 |
| Atualização de ativo financeiro de concessão | 9 | (909) | 17 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais | | | |
| Contas a receber de clientes | | (65) | 754 |
| Contas a receber - Partes relacionadas | | (628) | - |
| Despesas antecipadas | | (109) | (44) |
| Estoques | | 184 | (45) |
| Impostos e contribuições a recuperar | | (123) | (42) |
| Depósitos judiciais | | 10 | (11) |
| Outras contas a receber | | 1 | (2) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | |
| Contas a pagar e Fornecedores | | 10 | 425 |
| Contas a pagar – Partes relacionadas | | 354 | - |
| Obrigações tributárias | | (57) | 1 |
| Outras contas a pagar | | (80) | 83 |
| (-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social | | (1.610) | (1.352) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | 25.601 | 28.654 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de bens para o ativo imobilizado | 7 | (836) | (684) |
| Aquisição de bens para o ativo intangível | 8 | (574) | (18) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | | (1.410) | (702) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento | 10 | (352) | (240) |
| Dividendos pagos a acionistas controladores | | (20.999) | (26.706) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | (21.351) | (26.946) |
| Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa | | 2.840 | 1.006 |
| Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro | | 4.542 | 3.536 |
| Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro | | 7.382 | 4.542 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Zona da Mata Geração S.A. (“Zona da Mata” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 05 de setembro de 2001, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras empresas de quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais.

A Companhia é controlada pela Elera Renováveis S.A.

A Companhia detém a outorga de exploração em regime de serviço público da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada João Camilo Penna (Cachoeira do Emboque) e das Centrais Geradores Hidrelétricas denominadas Cachoeira Alta, Matipó, Roça Grande, Santa Cecília e Miguel Pereira (“CGHs”), localizadas no estado de Minas Gerais, totalizando 24,25 MW de potência instalada.

Originalmente, o prazo de vigência da concessão da PCH João Camilo Penna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seu Contrato de Concessão nº 002/96, em 04 de julho de 1996.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021 em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE João Camilo Penna teve a vigência de sua outorga prorrogada para 25

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

de julho de 2033, aprovada por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, publicada em 05 de julho de 2022.

O prazo da concessão da PCH João Camilo Penna pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH João Camilo Penna para 25 de julho de 2033.

| PCH | Potência em MW | Concessão / Registro ANEEL | Prazo da concessão | Local |
|-------------------|----------------|----------------------------|--------------------|------------------|
| João Camilo Penna | 21,60 | Contrato 02/1996 | Julho de 2033 | Raul Soares - MG |

Além desta PCH, outras usinas fazem parte do contrato de concessão da Zona da Mata, que detém registros publicados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes CGHs:

| CGHs | Potência em MW | Registro da ANEEL | Prazo da concessão | Local |
|----------------|----------------|-------------------|--------------------|-----------------|
| Miguel Pereira | 0,74 | Ofício 91/1998 | Sem prazo | Mirafá - MG |
| Santa Cecília | 0,42 | Ofício 91/1998 | Sem prazo | Mirafá - MG |
| Roça Grande | 0,77 | Ofício 91/1998 | Sem prazo | Manhuaçu - MG |
| Cachoeira Alta | 0,30 | Ofício 91/1998 | Sem prazo | Manhumirim - MG |
| Matipó | 0,42 | Ofício 91/1998 | Sem prazo | Matipó - MG |
| | <u>2,65</u> | | | |

As usinas sob registros seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração, devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

As usinas que fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata, ao término do período de concessão, serão indenizadas no montante calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 24 de junho de 2026.

1.3 Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 8 – Intangível: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 12 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um *Exposure Draft* propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- iv) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- v) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- vi) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um *Exposure Draft* propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e *joint ventures* podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e depósitos bancários | 898 | 95 |
| Aplicações financeiras | 6.484 | 4.447 |
| Total | 7.382 | 4.542 |

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

| Instituição financeira | Tipo | Remuneração | 2025 | 2024 |
|------------------------|----------|-------------|--------------|--------------|
| Banco Itaú S.A. | CDB | CDI | 3.475 | 317 |
| Banco BTG Pactual S.A. | Fundo DI | CDI | 3.009 | 4.130 |
| Total | | | 6.484 | 4.447 |

4. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|
| Venda de energia elétrica - Faturado | 3.073 | 3.040 |
| Contas a receber | 34 | 2 |
| Total do contas a receber de clientes | 3.107 | 3.042 |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo a vencer | 3.101 | 3.042 |
| Saldo vencido de 91 a 180 dias | 6 | - |
| Total das contas a receber de clientes | 3.107 | 3.042 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

5. Contas a receber - Indenização

A Zona da Mata S.A. busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável à este caso. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata S.A. ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

O processo transitou em julgado de agosto de 2024 e, conseqüentemente, é de entendimento pela diretoria da Companhia que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa, conforme CPC 25, parágrafo 33.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Companhia foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Administração da Companhia entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias e histórico estimados em R\$79.283.

Após o trânsito em julgado, a Zona da Mata, apresentou pedido de liquidação da sentença que segue em tramitação, para que seja possível a homologação do valor atualizado devido e, conseqüentemente, o posterior pagamento.

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------|---------------|-------------|
| Indenização Neblina e Sinceridade | 79.283 | 79.283 |
| Total | 79.283 | 79.283 |

6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------|--------------|-------------|
| Almoxarifado | 1.148 | 1.332 |
| Total dos estoques | 1.148 | 1.332 |

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitando-se ao prazo final das outorgas e concessões, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo de concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças na estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

| | <u>Vida útil</u> |
|---|------------------|
| Máquinas, equipamentos e instalações | 10 a 40 anos |
| Reservatórios barragens e adutoras | 30 a 50 anos |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 30 a 50 anos |

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data do balanço.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

| | 2025 | | | 2024 | |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|----------------------|
| | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido | |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 3.858 | (3.311) | 547 | 1.579 | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2.836 | (960) | 1.876 | 1.944 | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.220 | (809) | 411 | 447 | |
| <u>Em curso</u> | | | | | |
| Estoque de ativo fixo | 708 | - | 708 | 697 | |
| Bens em andamento | 1.452 | - | 1.452 | 704 | |
| | 10.074 | (5.080) | 4.994 | 5.371 | |
| | Saldo em 2024 | Adição | Transferências | Baixas | Saldo em 2025 |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 4.693 | - | 77 | (912) | 3.858 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2.836 | - | - | - | 2.836 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.220 | - | - | - | 1.220 |
| <u>Em curso</u> | | | | | |
| Estoque de ativo fixo | 697 | 15 | (4) | - | 708 |
| Bens em andamento | 704 | 821 | (73) | - | 1.452 |
| | 10.150 | 836 | - | (912) | 10.074 |
| | Saldo em 2023 | Adição | Transferências | Baixas | Saldo em 2024 |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 4.635 | - | 58 | - | 4.693 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2.836 | - | - | - | 2.836 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.220 | - | - | - | 1.220 |
| <u>Em curso</u> | | | | | |
| Estoque de ativo fixo | 673 | 24 | - | - | 697 |
| Bens em andamento | 102 | 660 | (58) | - | 704 |
| | 9.466 | 684 | - | - | 10.150 |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Saldo em 2024 | Adição | Transferências | Baixas | Saldo em 2025 |
|---|----------------|--------------|----------------|--------|----------------|
| Depreciação | | | | | |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e instalações | (3.114) | (197) | - | - | (3.311) |
| Reservatórios, barragens e adutoras | (892) | (68) | - | - | (960) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (773) | (36) | - | - | (809) |
| | (4.779) | (301) | - | - | (5.080) |

| | Saldo em 2023 | Adição | Transferências | Baixas | Saldo em 2024 |
|---|----------------|--------------|----------------|--------|----------------|
| Depreciação | | | | | |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e instalações | (2.899) | (215) | - | - | (3.114) |
| Reservatórios, barragens e adutoras | (824) | (68) | - | - | (892) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (739) | (34) | - | - | (773) |
| | (4.462) | (317) | - | - | (4.779) |

8. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (R1), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial.

Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (R1).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Extensão de outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) nos Termos da REN 684/2015.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a diretoria exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo.

O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei. A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Segue a movimentação do ativo intangível na demonstração financeira:

| | 2025 | | | 2024 |
|---|--------|-----------------------|---------------|---------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| <u>Em serviço</u> | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10.022 | (9.380) | 642 | 2.638 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 5.967 | (5.491) | 476 | 797 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 14.419 | (10.552) | 3.867 | 2.128 |
| <u>Em curso</u> | | | | |
| Estoque de ativo fixo | 884 | - | 884 | 664 |
| Bens em andamento | 258 | - | 258 | 688 |
| Total do IFRC12 | 31.550 | (25.423) | 6.127 | 6.915 |
| Extensão de outorga | 5.888 | (2.115) | 3.773 | 4.271 |
| | 37.438 | (27.538) | 9.900 | 11.086 |

| Custo | Saldo em | | | | Saldo em |
|---|----------|--------|----------------|--------|----------|
| | 2024 | Adição | Transferências | Baixas | |
| <u>Em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 12.247 | - | (2.225) | - | 10.022 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 6.193 | - | (226) | - | 5.967 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 11.812 | - | 3.235 | (628) | 14.419 |
| <u>Em curso</u> | | | | | |
| Estoque de ativo fixo | 664 | 263 | (43) | - | 884 |
| Bens em andamento | 688 | 311 | (741) | - | 258 |
| Total do IFRIC12 | 31.604 | 574 | - | (628) | 31.550 |
| Extensão de outorga | 5.888 | - | - | - | 5.888 |
| | 37.492 | 574 | - | (628) | 37.438 |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 17.890 | 17.907 |
| Adição de ativo financeiro | 926 | - |
| Amortização de ativo financeiro (Nota 15) | (17) | (17) |
| Total | 18.799 | 17.890 |

10. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | 2025 | | | 2024 |
|--------------------|----------------------|-----------------------|---------------|----------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Veículos | 814 | (407) | 407 | 678 |
| | 814 | (407) | 407 | 678 |
| Custo | Saldo em 2024 | Adição | Baixa | Saldo em 2025 |
| Veículos | 1.244 | - | (430) | 814 |
| | 1.244 | - | (430) | 814 |
| Amortização | Saldo em 2024 | Adição | Baixa | Saldo em 2025 |
| Veículos | (566) | (271) | 430 | (407) |
| | (566) | (271) | 430 | (407) |
| Custo | Saldo em 2023 | Adição | Baixa | Saldo em 2024 |
| Veículos | 427 | 817 | - | 1.244 |
| | 427 | 817 | - | 1.244 |
| Amortização | Saldo em 2023 | Adição | Baixa | Saldo em 2024 |
| Veículos | (325) | (241) | - | (566) |
| | (325) | (241) | - | (566) |

Em 31 de dezembro os passivos de arrendamento são como segue:

| | 2025 | | 2024 | |
|--------------------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Valor nominal dos pagamentos futuros | 305 | 347 | 373 | 630 |
| Ajuste a valor presente | (30) | (161) | (58) | (191) |
| Total | 275 | 186 | 315 | 439 |

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida do grupo econômico.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|-------|-------|
| Saldo inicial | 754 | 135 |
| Adições | - | 817 |
| Pagamentos | (352) | (240) |
| Juros sobre arrendamento (Nota 16) | 59 | 42 |
| Saldo final | 461 | 754 |

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

| Ano | |
|------|-----|
| 2027 | 186 |
| | 186 |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores | 610 | 1.010 |
| Contas a pagar - MRE & CCEE | 496 | 86 |
| | 1.106 | 1.096 |

12. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A diretoria da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Administração realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Diretoria, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Os saldos das demandas judiciais possíveis estão demonstrados a seguir:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------|--------------|--------------|
| Processos cíveis | 477 | - |
| Processos trabalhistas | 218 | - |
| Processos ambientais | 8.601 | 8.356 |
| Total | <u>9.296</u> | <u>8.356</u> |

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2025 existem processos Cíveis no montante de R\$477 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025 existem processos trabalhistas no montante de R\$218 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

Ações ambientais

Em 31 de dezembro de 2025 existem ambientais no montante de R\$8.601 (R\$8.356 em 31 de dezembro de 2024), referentes a 47 ações indenizatórias.

13. Patrimônio líquido

Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$74.921, dividido em 16.720.653 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte mil, seiscentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Dividendos:

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Deliberações do exercício de 2025:

Em 05 de junho de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referente a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$5.916 à conta de Reserva de lucros.

Em 21 de agosto de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referente a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$6.000 à conta de Reserva de lucros.

Em 08 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referente a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$3.000 à conta de Reserva de lucros.

O total de dividendos declarados no exercício de 2025 foi no montante de R\$14.916.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Deliberações do exercício de 2024:

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$1.740.

Em 12 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$8.900.

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$8.874.

O total de dividendos declarados no exercício de 2024 foi no montante de R\$19.514

Destinação dos resultados

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 23.639 | 25.616 |
| Constituição da reserva legal 5% (*) | (1.181) | (1.281) |
| Lucro líquido ajustado | 22.458 | 24.335 |
| Dividendos mínimo obrigatório (25%) | (5.614) | (6.084) |
| Constituição de reserva de Lucros | (16.844) | (18.251) |
| Lucro líquido do exercício a destinar | - | - |

14. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|-------------|
| Receita operacional bruta | | |
| <u>Fornecimento de energia</u> | | |
| Venda de energia elétrica | 38.619 | 38.035 |
| Resultado com MRE e CCEE (Nota 17) | 4.726 | 3.144 |
| | 43.345 | 41.179 |
| <u>Deduções da receita operacional bruta</u> | | |
| <u>Impostos sobre a venda</u> | | |
| PIS | (255) | (255) |
| COFINS | (1.176) | (1.175) |
| | (1.431) | (1.430) |
| Receita operacional líquida | 41.914 | 39.749 |

15. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

| | 2025 | 2024 |
|---|----------------|-------------|
| Custo do serviço de energia elétrica | | |
| Royalties ANEEL | (2.756) | (2.401) |
| Pesquisa e desenvolvimento | - | (7) |
| Total custo do serviço de energia elétrica | (2.756) | (2.408) |
| Custo com operação | | |
| Impostos, licenças e taxas | (24) | (32) |
| Viagens | (33) | (61) |
| Serviços de terceiros | (2.356) | (2.129) |
| Seguros | (2.153) | (1.931) |
| Pessoal | (83) | (92) |
| Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7) | (301) | (317) |
| Amortização do intangível (Nota 8) | (1.132) | (1.146) |
| Amortização do ativo de direito de uso (Nota 10) | (271) | (241) |
| Amortização do ativo financeiro (Nota 9) | (17) | (17) |
| Manutenção | (404) | (292) |
| MRE / CCEE | (5.956) | (3.326) |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | | |
|--|-----------------|-----------------|
| Telecomunicações | (142) | (122) |
| Alugueis e utilidades | (26) | (22) |
| Promoção e publicidade | (23) | (22) |
| Rateio de despesas | - | (320) |
| Doações | (6) | (116) |
| Outros | (1) | (18) |
| Total custo com operação | (12.928) | (10.204) |
| Total de custos | (15.684) | (12.612) |
| Despesas gerais | 2025 | 2024 |
| Viagens | (11) | (3) |
| Serviços de terceiros | (496) | (382) |
| Pessoal | (1) | - |
| Rateio de despesas | (1.301) | - |
| Total das despesas administrativas e gerais | (1.809) | (385) |

16. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

| | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Receita financeira | 2025 | 2024 |
| Receitas com aplicações financeiras | 955 | 504 |
| Receita com juros | 39 | 3 |
| Total | 994 | 507 |

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

| | | |
|--|--------------|-------------|
| Despesa financeira | 2025 | 2024 |
| Juros de passivo de arrendamento (Nota 10) | (59) | (42) |
| Imposto sobre operações financeiras | (26) | (6) |
| Multa e juros | (18) | (5) |
| Outras despesas financeiras | (7) | (2) |
| Total | (110) | (55) |

17. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------|---------|---------|
| Corrente | | |
| Imposto de renda | (1.115) | (992) |
| Contribuição social | (566) | (516) |
| Total com despesas de impostos | (1.681) | (1.508) |

| | 2025 | | 2024 | |
|---|---------|--------|---------|--------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Faturamento (fornecimento de energia) (Nota 14) | 43.345 | 43.345 | 41.179 | 41.179 |
| % para base de cálculo | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Base de cálculo | 3.468 | 5.201 | 3.294 | 4.941 |
| Receitas financeiras | 994 | 994 | 507 | 507 |
| Outras receitas | 15 | 15 | 223 | 223 |
| Base de cálculo total | 4.477 | 6.210 | 4.024 | 5.671 |
| % do imposto | 25% | 9% | 25% | 9% |
| | (1.119) | (559) | (1.006) | (510) |
| Outros | 4 | (7) | 14 | (6) |
| Total | (1.115) | (566) | (992) | (516) |

18. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

| Ativo | Notas | 2025 | 2024 |
|--------------------------|-------|------|------|
| <u>Contas a receber</u> | | | |
| Elera Renováveis S.A. | (a) | 628 | - |
| Total | | 628 | - |
| | | | |
| Passivo | Notas | 2025 | 2024 |
| <u>Contas a pagar</u> | | | |
| Elera Participações S.A. | (b) | - | 59 |
| Elera Renováveis S.A. | (b) | 568 | 154 |
| Tangará Energia S.A. | (b) | - | 1 |
| Total | | 568 | 214 |

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---------------------------|------|--------------|--------------|
| <u>Dividendos a pagar</u> | | | |
| Elera Renováveis S.A. | (c) | 5.615 | 6.084 |
| Total | | <u>5.615</u> | <u>6.084</u> |

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos a serem pagos aos acionistas;

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado à medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, pela Companhia é de R\$180.788 (R\$154.024 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão usinas hidrelétricas da Companhia. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Ativo Financeiro | 2025 | | | 2024 | | |
|--|------------------|-----------------------------------|----------------|------------------|-----------------------------------|----------------|
| | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | 898 | - | 898 | 95 | - | 95 |
| Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) | - | 6.484 | 6.484 | - | 4.447 | 4.447 |
| Contas a receber de clientes | 3.107 | - | 3.107 | 3.042 | - | 3.042 |
| Contas a receber – Partes relacionadas | 628 | - | 628 | - | - | - |
| Contas a receber – Indenização | 79.283 | - | 79.283 | 79.283 | - | 79.283 |
| Ativo financeiro da concessão | 18.799 | - | 18.799 | 17.890 | - | 17.890 |
| Despesas antecipadas | 304 | - | 304 | 195 | - | 195 |
| Depósitos judiciais | 1 | - | 1 | 11 | - | 11 |
| Outras contas a receber | 1 | - | 1 | 2 | - | 2 |
| Total | 103.021 | 6.484 | 109.505 | 100.518 | 4.447 | 104.965 |

| Passivo Financeiro | 2025 | | | 2024 | | |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------------------|--------------|------------------|-----------------------------------|--------------|
| | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total |
| Contas a pagar e Fornecedores | 1.106 | - | 1.106 | 1.096 | - | 1.096 |
| Contas a pagar – Partes relacionadas | 568 | - | 568 | 214 | - | 214 |
| Dividendos a pagar | 5.615 | - | 5.615 | 6.084 | - | 6.084 |
| Passivo de arrendamento | 461 | - | 461 | 754 | - | 754 |
| Outras contas a pagar | 6 | - | 6 | 86 | - | 86 |
| Total | 7.756 | - | 7.756 | 8.234 | - | 8.234 |

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- No mercado principal para o ativo ou passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco, a Companhia teve duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

viii) Risco de não renovação da autorização e concessão

Usinas hidrelétricas

A Companhia detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso de Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Derivativos

Durante o exercício de 2025 e 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

21. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

| Atividades de investimento | Notas | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Variação do passivo de arrendamento | | (293) | 619 |
| Adição de contratos de arrendamento | 10 | - | (817) |
| Baixa de contratos de arrendamento | 10 | - | - |
| Variação do arrendamento conforme demonstrações dos fluxos de caixa | | (293) | (198) |

* * *